



Guiledje: na Rota da Independência da Guiné-Bissau



A estruturação das forças militares do PAIGC e as suas primeiras repercussões

A luta armada de libertação nacional foi iniciada no Sul em Janeiro de 1963. No final do primeiro semestre de 1964, a situação militar era já de grande optimismo para o PAIGC, cuja guerrilha não parava de alastrar para extensas partes do território. Em cumprimento das resoluções do seu I Congresso, o PAIGC, criou em Fevereiro de 1964 o Exército Popular e a Milícia Popular. A guerrilha foi fortemente reestruturada e transformou-se mais tarde nas Forças Armadas Revolucionárias do Povo, as FARP. Foi constituído um órgão de cúpula – o Conselho de Guerra – que funcionaria como estado-maior e era dirigido pelo Secretário-Geral, Amílcar Cabral.

A criação da Milícia Popular, à qual foram confiadas tarefas de autodefesa bem como a gestão de questões de natureza político-administrativa nas regiões libertadas, permitiu a libertação de parte dos efectivos guerrilheiros. Conferiu-se assim maior poder de iniciativa e mobilidade às unidades de combate do PAIGC. Tal facto criou desde cedo imensos problemas ao Exército português.

Logo no primeiro ano de conflito, a chefia militar máxima do Exército português na então Província da Guiné foi substituída quatro vezes, apenas se registando uma estabilização em Maio de 1964, altura em que chega à Guiné o general Arnaldo Shultz, antigo Ministro do Interior português de 1959 a 1961. Após ter tomado o pulso da situação e visando dar maior operacionalidade e eficácia às tropas portuguesas perante a combatividade dos guerrilheiros do PAIGC, decidiu unificar o comando político com o comando militar da Guiné.

Guiledje e a logística de guerra do PAIGC

Antes da existência do corredor de Guiledje, a infiltração e o transporte de armamento e víveres do PAIGC eram feitos pelo trajecto Canafá-Quitafine-Casumba-Canamina e Cubucaré. Este trajecto foi posteriormente abandonado em virtude da apertada vigilância que o Exército português passou a praticar, sobretudo após a batalha de Como¹, ao longo dos numerosos cursos de água.

O PAIGC optou doravante por utilizar uma via paralela que se estendia entre Balana, Gandembel e Medjo.

Também o Exército português construiu em Guiledje, um dos aquartelamentos mais bem fortificados nos finais da guerra. Os objectivos eram não só a de se opor ao trânsito de armamento e víveres vitais para o esforço de guerra do PAIGC, como também o da criação de uma reserva de socorro permanente e geograficamente bem colocada entre os quartéis e destacamentos do Exército português. Estes, estabelecidos ao longo da fronteira Sul, estavam expostos às investidas e ataques constantes da guerrilha.

Com o abandono do eixo Canafá-Quitafine-Cassumba-Canamina e Cubucaré, a única alternativa que surgiu para o PAIGC foi a da via terrestre até a fronteira, operando de Gandembel, Botche Cul, Botche Bunhe, Botche Djabaté, Untchulbá, Tchim-Tchim Dari, Ndaba, Balana Balanta Salancaur e Porto de Santa Clara. Os populares armazenavam armamento e munições que eram posteriormente encaminhados pelos serviços de logística do PAIGC para os diferentes destinos.

Em 1965, o PAIGC abre as hostilidades na sua Frente Leste. Mantém, contudo, o controlo sobre os seus mais importantes santuários interiores: as bases-barraca das matas do Cantanhez a Sul, e do Oio-Morés, a Norte. A partir daqui, e em ligação com bases nos países vizinhos, o PAIGC consolida posições em faixas cada vez mais vastas. Grande parte da região Sul, sobretudo em Cantanhez, passa para as suas mãos, constituindo as chamadas regiões libertadas do PAIGC. Todas as tentativas levadas a cabo pelas forças portuguesas para as recuperar saldaram-se por derrotas, que chegam mesmo, por vezes, a constituir



Carregando munições

(BARA ISTVÁN)



Coluna do PAIGC

(BARA ISTVÁN)



Carregamento de Água

(ARMINDO BATATA)

verdadeiros desastres militares. Assim sucede por duas vezes em Cantanhez².

O Exército português pôs em marcha vários planos para se assenhorar do corredor de Guiledje com objectivos evidentes de interditar por um lado o trânsito de armamento e víveres e, por outro, de destruir um importante centro de recrutamento da guerrilha. O PAIGC possuía na vasta e muito rica área do Sul uma importante fonte de abastecimento essencialmente em gado, arroz e mandioca³.

A introdução de armamento na Frente Norte era difícil senão impossível, em virtude da proibição pelo Governo senegalês do trânsito de armamento do PAIGC através do seu território. Esta situação só começou a alterar-se timidamente após 1966, altura

em que foi rubricado o primeiro acordo de cooperação entre o PAIGC e o Governo do Senegal.

O Corredor de Guiledje e a evolução da guerra

O Corredor de Guiledje (também chamado Caminho do Povo e Caminho da Liberdade⁴) estende-se de Kandjafra, Simbel e Tarsaiá (Guiné-Conakry) a Gandembel, Balana, Salancaur e Unal (Guiné-Bissau). Não obstante os altos custos em vidas humanas e perdas materiais que acarretou, o Corredor acabou por funcionar para o PAIGC como o maior e mais importante corredor de infiltração e de abastecimento ao longo da guerra.

A sua função estratégica potenciou-se consideravelmente após o assalto ao quartel de Guiledje em Maio de 1973 até sensivelmente depois do 25 de Abril, quando se instituíram as tréguas entre os contendores. Camiões de fabrico russo do PAIGC (“Gaz” e “Gil”) passaram a transpor a fronteira desde Kandjafra, passando por Gandembel e parte importante do Carreiro de Guiledje no sentido Gandembel-Salancaur e Porto de Santa Clara. António da Graça

Abreu testemunha: “ (...) Com o abandono do aquartelamento de Guiledje em meados do ano passado, foi-lhes possível abrir uma estrada desde a Guiné-Conakry até às florestas situadas entre Bedanda e lemberém. Vêm com as viaturas até bem dentro do território carregados com toneladas de material de guerra (...)”⁵.

A partir de 1965, a situação favorável ocasionada pelo corredor de Guiledje ao PAIGC passou a ser evidente. Para além de ter permitido às FARP controlar praticamente todo o Sul da Guiné, o corredor permitiu ainda estender esse controlo para a zona Centro-Oeste do território. Em reacção, o Exército português desencadeou uma série de operações militares como as de Cantanez, Como e Quintafine. Não obstante a sua grande envergadura, essas operações não deram resultados palpáveis. O Governador Schultz optou então por colocar nessas áreas algumas forças que as pudessem (re)ocupar e outras para reagir às investidas dos guerrilheiros do PAIGC.

O PAIGC, profundamente consciente da importância estratégica do Corredor de Guiledje ali colocou uma força considerável capaz de dissuadir o Exército português:

- o 2º Corpo de Exército que irradiava normalmente a partir da região de Salancaur-Unal, com a missão de garantir a liberdade de utilização do importante nó de comunicações e o complexo logístico do Unal,
- o 3º Corpo de Exército do PAIGC que, operando a partir da região de Kandjafra, na Guiné-Conakry, tinha a missão de atacar e isolar o Exército português no extremo sul fronteiriço e assim garantir a utilização do corredor de Guiledje.

Destaca-se, nesse particular o grupo de artilharia comandado pelo lendário Tué Nangamna⁶ que, sob as ordens de Amílcar Cabral, logrou destruir e isolar o destacamento de Gandembel e Balanacinho, cujo objectivo era retirar ao PAIGC a função vital que o “Caminho do Povo” assumia no seu esforço de guerra⁷.



Abriço

(ALBERTO PIRES)



Evacuação de feridos

(ALBERTO PIRES)

O Exército português tinha na altura numerosos destacamentos militares junto à fronteira com a Guiné-Conakry, o que o obrigava a desmedidos esforços de reabastecimentos de munições e alimentos por meio de colunas militares. Estas envolviam normalmente grande número de viaturas, algumas delas em estado avançado de degradação, para além de numerosas forças terrestres e aéreas para a sua protecção.

No geral, as colunas militares portuguesas possuíam um arsenal bélico de qualidade inferior ao dos guerrilheiros. A guerra começou então a desequilibrar-se claramente a favor do PAIGC.

O general Schulz reconheceu: “ (...) quando cheguei à Guiné a situação era complicada, o PAIGC atacava em todas as frentes a partir do Senegal e da Guiné-Conakry e de bases onde se refugiavam no interior da Província – as matas do Sul (Cassacá, Como....) e as de Oio, Gã-turé, Cantanhez... –, chegando ao

ponto de flagelar o quartel de Brá, situado entre Bissau e o aeroporto de Bissalanca, ou seja, nas barbas do poder militar português, e de noite ouviam-se ataques a outros destacamentos, por vezes com alguma violência e durante largos períodos de tempo (...)”⁸.

É consensual que a situação nunca mais parou de se agravar desfavoravelmente para o Exército português, exceptuando uma ou outra fase conjuntural, em que este último logrou estabelecer um tangencial e frágil equilíbrio militar. A tentativa de reocupar extensas áreas sob o controlo do PAIGC, não produziu os efeitos desejados. O Exército português na Guiné teve que



Messe

(JORGE PARRACHO)

recorrer a um crescente aumento do contingente, que passou de 2000 homens em armas nos finais dos anos 50 para cerca de 10.000 em 1960 e cerca de 25.000 em 1968. Foi continuando ao longo dos anos da guerra a crescer até atingir um máximo de 42.000 efectivos, sobretudo graças ao recrutamento africano⁹.

Guiledje e a evolução da estratégia militar do PAIGC

A partir de 1968, começa a registar-se no seio do PAIGC uma acentuada tendência para a passagem de uma guerra de guerrilha para a convencional na medida em que passou a dispor de melhor e maior quantidade de armamento pesado. A partir de Março de 1970, o PAIGC intensifica os ataques sistemáticos com artilharia pesada aos quartéis fronteiriços, tais como os de Susana, São Domingos, Bigéne, Guidadje, Candjambari e Barro, no Norte, e Guiledje, Gã-Turé, Bedanda, Catió e Buba, no Sul.

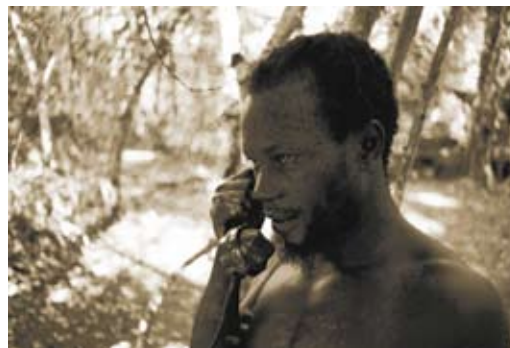
No que respeita concretamente à área de Guiledje-Gadamael, o PAIGC dá mostras claras, a partir de 1971, de pretender desalojar este campo fortificado. Faz manobrar as suas forças segundo dois eixos convergentes, a partir de Salancaur/Botche Sanza (por Medjo) e Kandjafra¹⁰. Efectivos do Corpo do Exército deslocam-se da Frente de Catió para reforçar os de Buba. Esboça-se assim a primeira tentativa do PAIGC de proceder ao corte de ligações terrestres entre Gadamael e Guiledje, para reduzir a ameaça que este último quartel exercia sobre o importante centro logístico de Kandjafra, na Guiné-Conakry.

Três aspectos foram decisivos para o desalojamento do quartel de Guiledje pelas FARP: o assassinio de Amílcar Cabral que conduziu a uma Operação com o seu nome¹¹ e ao recrutamento de acções militares com uma inaudita violência



Missão fora do quartel

(ALBERTO PIRES)



Rádio-telefone

(BARA ISTVÁN)

que denotava a existência no PAIGC de um misto de dor e de vontade de vingar o assassinio do seu líder; a utilização para além dos tradicionais morteiros 120 mm ou dos foguetões 122 mm, dos canhões 130 mm¹²; o aparecimento em cena dos mísseis terra-ar STRELLA que retiraram por completo a supremacia aérea ao Exército português na Guiné-Bissau¹³. Estes factores viraram definitivamente o rumo dos acontecimentos em favor do PAIGC.

Ao escolher os seus alvos, o PAIGC tinha como objectivo desgastar as unidades portuguesas que directamente estavam implicadas na defesa dos centros urbanos e assim libertar os corredores de infiltração e de abastecimento nas áreas fronteiriças do Norte e Sul. O Exército português seleccionou as bases do PAIGC situadas nas áreas fronteiriças com a República da Guiné-Conakry por representarem uma ameaça directa aos aquartelamentos estratégicos como Guiledje, fundamental para a defesa do Sul da Guiné¹⁴. Mas Guiledje acaba por cair nas mãos do PAIGC, caso único em toda a guerra colonial.

Do conflito militar à independência da Guiné-Bissau: o papel de Guiledje

A batalha de Guiledje foi determinante para a proclamação da independência da Guiné-Bissau a 24 de Setembro de 1973, continuando uma parte do seu território nacional sob ocupação colonial. Em 1974, já depois da tomada de Guiledje, o PAIGC continuou a pressionar os restantes aquartelamentos do Sul, sobretudo os situados em Cantanhez. É o caso de leंबरém¹⁵ e dos destacamentos portugueses colocados na estrada asfaltada entre esta última localidade e leंबरém – eixo logístico vital que atravessa o Cantanhez e que era normalmente defendida por tropas portuguesas de Cadique e Caboxanque. Todavia, os guerrilheiros do PAIGC tornaram esta estrada praticamente intransitável pelas constantes emboscadas que nela montavam ou ainda pela dinamitação constante de alguns dos seus principais troços.

Por ironia do destino, talvez a intensidade e a violência dos combates ali travadas possam explicar a inaudita rapidez e a eficácia



Hastear da bandeira do PAIGC

(FMS)

cia com que, depois do 25 de Abril, aquando do impasse verificado nas negociações de Londres, Cantanhez tenha sido utilizada pelos ex-contendores como palco de intensas negociações directas entre o comando militar do PAIGC e o Comando militar português na Guiné. Esses encontros revelarem-se mais eficazes do que as formalmente realizadas em Londres, na medida em que contribuíram para o desfecho positivo das rondas negociais que se lhes seguiram, nomeadamente a de Alger, onde se rubricou o Acordo que pôs formalmente termo à guerra.

Os protagonistas de Guiledje

Guiledje permanece vivo na memória dos seus actores, independentemente do lado em que se encontravam. Na Guiné-Bissau, uns e outros vivem pacificamente, lado a lado, procurando construir um futuro de progresso comum. A consciência dos que não participaram directamente na “História” de Guiledje, a maioria da população actual, é permanentemente interpelada seja pela transmissão oral dos que nela tomaram parte activa, seja pelos vestígios da guerra, tal como ruínas de quartéis como os de Guiledje, Balanacinho ou leMBERém, carcaças de viaturas militares e até garrafas de cerveja vazias que mais não são senão testemunhos de uma história vivida e sofrida e que, por isso mesmo, resiste à erosão do tempo, que tende a moldar-lhe o imaginário colectivo.

Destaca-se, ao lado dos combatentes e dos líderes político-militares guineenses, a contribuição da população com um trabalho ciclópico no esforço de guerra. Além de contribuir com arroz e víveres em geral para a alimentação dos combatentes¹⁶ a população era amiúde sujeita a privações de toda a sorte, nomeadamente ataques da aviação e de destacamentos do Exército português apeados ou ainda ataques



Poste da bandeira

(AMARO SAMÚDIO)



Tomada de Guiledje

(FMS)

de forças especiais heliotransportadas. Acrescente-se a contingência, sempre onnipresente, de accionarem as inúmeras minas anti-pessoal que o Exército português e o próprio PAIGC colocavam tanto a montante como a jusante do Corredor de Guiledje.

Ao lado dos seus irmãos guineenses, militares e responsáveis caboverdianos do PAIGC combateram em Guiledje pela independência, sonhada por Amílcar Cabral. Apesar de a Guiné-Bissau e Cabo Verde terem tomado rumos políticos diferentes após a independência, Guiledje é também uma página importante da História moderna de Cabo Verde e da sua luta pela independência.

Oficiais cubanos, outrossim, treinaram e aconselharam os guerrilheiros do PAIGC. Nessa qualidade, estiveram e participaram em Guiledje com o seu saber, mas também com o seu sacrifício e sangue, o que igualmente representa, sem dúvida, um marco importante na História das relações entre os povos africanos e outros povos do mundo, entre os quais os descendentes nas Américas, ou seja,

daqueles que um dia para lá foram levados como escravos.

O povo da Guiné-Conakry participou no esforço de guerra do PAIGC em Guiledje e nas frentes Sul e Leste. pagando por isso um pesado tributo. O apoio político, logístico e militar fornecido por esse país ficou para sempre registado nas mentes e corações dos combatentes e da população de Guiledje. No contexto geral da luta de libertação nacional da Guiné-Bissau, embora em menor grau, o povo senegalês também deu o seu contributo sob diversas formas.



Parto por médico cubano

(BARA ISTVÁN)

Grupos políticos, associações e organizações, responsáveis, dirigentes e governos de vários países africanos, europeus, asiáticos, norte-americanos e latino-americanos forneceram apoio político e material à luta do PAIGC. Nessa qualidade, também participaram de forma intensa e de diversas formas na luta de libertação nacional no seu todo. Muitos desses indivíduos e grupos eram portugueses.

Porém, em Guiledje, os militares portugueses e os soldados africanos do Exército português estiveram do "outro lado". Ambos combateram e sofreram, e muitos deles até morreram. Apesar dos profundos males que só a guerra pode causar, é hoje forçoso o entendimento de que uns e outros faziam parte de uma máquina de guerra criada pelos poderes políticos que na altura governavam Portugal, no quadro de uma determinada ideologia. Porém, não obstante isso, a resposta do PAIGC e, particularmente, Amílcar Cabral, era a de que a luta era movida contra o regime colonial e não contra o povo português

Simpósio Internacional de Guiledje

Muito se sabe dos acontecimentos e do papel de Guiledje. Porém, na maior parte dos casos, trata-se de conhecimentos pessoais dos protagonistas de Guiledje. Sobretudo do lado guineense, esses conhecimentos não estão documentados, o que restringe fortemente a sua transmissão e partilha, sobretudo fora de pequenos círculos de combatentes e da população.

A transmissão, quase exclusivamente oral desses conhecimentos, coloca problemas à investigação e à escrita da História, à medida que o tempo passa e se afasta das suas fontes primárias. Convenhamos que, o desaparecimento físico dos actores directos e indirectos e as testemunhas da epopeia de Guiledje,



População do quartel

(JOSÉ NETO)



Capela

(JOSÉ NETO)

tanto do lado guineense como do português, tornam vulneráveis a perpetuação dos conhecimentos que se encontram unicamente incrustados na memória individual, a qual tende a desaparecer.

Os recentes esforços de recolha e intercâmbio de informação sob forma escrita e outros meios têm já produzido bons resultados e revelado aspectos inéditos. Mas também indicam que o que ainda não se sabe ou não se partilhou é provavelmente muito maior.

Volvidos mais de trinta anos, os protagonistas de Guiledje reencontrar-se-ão no Simpósio Internacional de Guiledje que será organizado na Guiné-Bissau de 1 a 7

de Março de 2008. Fá-lo-ão como um acto voluntário e pela vontade assumida de aprendizagem mútua, eivados do espírito da partilha e reconciliação. Nesse sentido, a reconciliação entre os ex-contendores é necessariamente o fruto de um processo já iniciado e, concomitantemente, de maior relevância para o Simpósio. Deste modo, Guiledje escreverá mais uma página na História da Guiné-Bissau e das relações entre os povos.

Durante o Simpósio, novas informações e conhecimentos serão produzidos através de comunicações, debates, projecção de filmes e exposições diversas, assim como encontros em Guiledje e nos outros antigos palcos de guerra de antigos combatentes, desta feita, porém, transformados estes em palcos de paz e de reconciliação. As comunicações serão feitas sobre temas históricos e sobre temas ligados à experiência de desenvolvimento económico e social na zona de Cantanhez.

Após o Simpósio, e na base dos seus resultados e recomendações, continuará o esforço de pesquisa e documentação históricas de Guiledje e da luta de libertação nacional, bem como a implementação de iniciativas de desenvolvimento socio-económico de Cantanhez.



Vista aérea do quartel

(JOSÉ NETO)

¹ A batalha de Como durou mais de dois meses em 1964. A operação “Tridente” do Exército português, cujo objectivo era o de expulsar os guerrilheiros do PAIGC da Ilha falhou completamente e Como permaneceu como área libertada controlada pelo PAIGC. A operação é comumente considerada a de maior envergadura no contexto das guerras coloniais portuguesas em África.

² Em Dezembro de 1973, sob o nome de código “Estrela Telúrica” já depois da tomada de Guiledje, ao todo cerca de 500 homens, ou seja, três companhias de comandos africanos, mais a conhecida 38ª de Comandos e fuzileiros, tentaram em Cantanhez enfraquecer os guerrilheiros e bases do PAIGC com uma grande operação que se prolongou por mais de uma semana, todavia, não bem sucedida. Segundo António da Graça de Abreu, um testemunho presencial dos acontecimentos, confessa num seu livro/diário da guerra que “acho que nunca ouvi tanta porrada, tantos rebentamentos, nunca vi tantos mortos e feridos num tão curto espaço de tempo. E a tragédia vai continuar. A “Estrela Telúrica” prolongar-se-á por mais uma semana. Tudo começou em grande, com três companhias de Comandos Africanos, mais os meus amigos da 38ª, fuzileiros e a tropa de Cadique a avançarem sobre Cantanhez. O pessoal de Cadique começou logo a levar porrada, um morto, cinco feridos, um deles alferes, com uma certa gravidade. Ontem de manhã, dia de Natal, foi a 38ª de Comandos a “embrulhar”, seis feridos graves, entre eles os meus amigos alferes Domingos e Almeida, hoje foram os Comandos africanos comandados pelo meu conhecido alferes Marcelino da Mata, com dois mortos e quinze feridos O IN, confirmados pelas NT, só contou seis mortos, mas é possível que tenha morrido muito mais gente, os FIATs a bombardear e os helicópteros a metralhar não têm tido descanso. Vide, Abreu, António Graça de, Op. cit. 2007, p.175.

³ O Sul da Guiné representa o maior espaço de produção agrícola de arroz, sendo as terras situadas na bacia do rio Cumbidjã as mais dotadas para a produção de arroz no território.

⁴ Entre os soldados portugueses, vulgarizou-se a expressão Corredor da morte:, referindo-se obviamente à intensidade dos combates pelo controlo do Corredor de Guiledje.

⁵ Abreu, António Graça de, Diário da Guiné, Lama, Sangue e Água Pura, Guerra e Paz Editores S.A., 2007.

⁶ Tué Nangamna, recentemente falecido, possuía como última residência o Bairro de Impantcha., nos arredores de Bissau. Tido consensualmente como dos melhores artilheiros do PAIGC, comandou cerca de 60 morteiradas em algumas operações de alto risco e responsabilidade, como a de destruição do destacamento português de Balana e de Balacinho.

⁷ Leia-se, à propósito, os diversos artigos publicados no site “Luís Graça e camaradas da Guiné”, de autoria de Idálio Reis.

⁸ Entrevista com o general Arnaldo Shultz, realizada a 18 de Julho de 1985, e conduzida por Josep Sanches Cervelló, In A Revolução Portuguesa. Sua Influência na Transição Espanhola, (1961-1976), Lisboa, Assírio e Alvim, 1993, p.93.

⁹ O contingente militar português foi-se africanizando na medida em que Portugal continental estava a atingir os limites máximos da sua capacidade de recrutamento, pelo que o recrutamento local que começou em 1966 e foi aumentando até 1971, se bem que na própria Guiné a população era muito limitada comparada com a das outras colónias, dado que nunca ultrapassou os 21 por cento do total dos habitantes. O peso das milícias foi aumentando com o decurso da guerra, e nas últimas etapas, eram responsáveis por 50 por cento do contacto com os guerrilheiros do PAIGC. Vide Cann, John P., A Contra-insurreição em África (1961-1974), O Modo Português de Fazer a Guerra, Lisboa, Atena, 1988, p. 122.

¹⁰ Data muito provavelmente dessa altura a elaboração de uma ordem de batalha não datado e intitulado “Operação Maimuna”, de autoria de Amílcar Cabral, em que são meticulosamente esboçados os detalhes de um eventual assalto ao quartel de Guiledje, alias, plano esse usado posteriormente, já depois da morte de Amílcar Cabral, na operação que isolou e desalojou as forças do Exército português em Maio de 1973. Essa conjectura fundamenta-se, outrossim, pelo facto de nessa Ordem de Batalha se prever a concentração de efectivos nos moldes realizados.

¹¹ Em Março de 1973, o PAIGC pôs em marcha as operações “Nô Pintha”, no Norte, e “Amílcar Cabral”, no Sul., pois que para o sucesso do cerco a Guiledje, precisava de se intensificar as hostilidades no Norte, com o objectivo de dispersão de efectivos, portugueses.

¹² Estes canhões, com um poder de fogo de longo alcance (cerca de 30 quilómetros) foram cedidos ao PAIGC pelas autoridades militares da República da Guiné-Conakry no âmbito da “Operação Amílcar Cabral”, pese embora o facto de, ainda em vida, Cabral ter apresentado esta solicitação ao Presidente Sékou Touré (cf. Cabral, Amílcar, Propositions – a l’intention du Camarade Responsable Suprême de la Révolution, (manuscrito/inédito), Arquivo do PAIGC, Conakry, Setembro de 1972).

¹³ Em pouco espaço de tempo o PAIGC abateu várias aeronaves portuguesas, desequilibrando definitivamente a situação militar a seu favor. Como reconhece um estudo português publicado em 1997 era “(...)evidente que a guerrilha evoluiu muito em matéria de conhecimento sobre a actuação contra helicópteros e aviões, e armamento anti-aéreo disponível(...)”. [Corbal, Aurélio B. Aleixo (dir. Adriano Moreira), “O vector Aéreo nas Campanhas de África”, In As Campanhas de África e a Estratégia Nacional”, Instituto Nacional de Estudos Militares, 1997.

¹⁴ Segundo Julinho de Carvalho, Comandante militar das FARP, a resoluta decisão do PAIGC em proceder ao assalto ao quartel de Guiledje, explica-se também, entre outras razões, pela necessidade de desobstruir as estradas que facilitariam a circulação dos tanques blindados que o PAIGC já possuía e com os quais pretendia pressionar os aquartelamentos do Exército português ao longo da fronteira Sul (Entrevista a Carlos Silva Abril de 2007, Ilha do Sal, Cabo Verde).

¹⁵ A tropa portuguesa ponderou variadíssimas vezes a possibilidades de abandonar Lemberém, só não o tendo feito pois estavam praticamente cercados e isolados pelas FARP, na medida em que Lemberém fica encravada na região de Cantanhez, voltada para o Sul, para o rio Cacine e só se podia lá chegar pelo rio Cacine com barcos pequenos, os zebros e os sintex.

¹⁶ É curioso reparar que a expressão usada entre a população sob o controlo do PAIGC para as actividades de contribuição com o indispensável arroz e outros géneros alimentícios para os combatentes era a de “midi caneca”, significando literalmente Medir Caneca”, ou seja, fornecer a quantidade acordada para efeitos de contribuição. Aos elementos da população ainda eram reservadas funções como a de estafetas, para além de funções de vigilância e organização logística.



PROMOTORES



UCB
UNIVERSIDADE
COLINAS DE BOÉ

PATROCINADORES



IPAD
Instituto Português
de Apoio ao Desenvolvimento



Instituto Municipal de Valle Fila
ONGD